



12.2.1.1 CONHECIMENTOS BÁSICOS LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão, interpretação e reescrita de textos. 2 Ortografia. 3 Semântica. 4 Morfologia. 5 Sintaxe. 6 Pontuação. 7 Manual de Redação da Presidência da República.

RACIOCÍNIO LÓGICO: 1 Estruturas lógicas. 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3 Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1 Proposições simples e compostas. 3.2 Tabelas-verdade. 3.3 Equivalências. 3.4 Leis de De Morgan. 3.5 Diagramas lógicos. 4 Lógica de primeira ordem. 5 Princípios de contagem e probabilidade. 6 Operações com conjuntos. 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO: 1 DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Direitos e garantias fundamentais. 1.3 Organização político-administrativa do Estado. 1.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 1.4 Administração Pública. 1.4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 1.5 Poder Executivo. 1.6 Poder Legislativo. 1.7. Processo legislativo. 1.8 Poder Judiciário. 1.9 Ordem Social. II DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Organização administrativa do Estado brasileiro. 2 Princípios da administração pública. 3 Teoria geral da função pública. 4 Agentes públicos. 4.1 Servidores públicos: classificação e características. 4.2 Regimes jurídicos funcionais: único, estatutário e de emprego público. 4.3 Contratação temporária. 5 Serviços públicos. 5.1 Conceito e natureza, modalidades e formas de prestação. 5.2 O perfil moderno do serviço público. 5.3 Concessão, permissão e autorização. 6 Regime jurídico da licitação e dos contratos administrativos. 6.1 Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação da licitação. 6.2 Procedimentos, anulação e revogação. 6.3 Modalidades de licitação. 6.4 Lei nº 8.666/1993 e legislação posterior. 6.5 Funcionamento do Registro de Preços Nacional (RPN). 6.6 Inovações do Regime Diferenciado de Contratações públicas (RDC). 7 Contratos administrativos. 7.1 Conceito, características e interpretação. 7.2 Reequilíbrio econômico-financeiro. 8 Modalidades de acordos administrativos. 8.1 Concessões de serviço público. 8.2 Parcerias público-privadas. 8.3 Contrato de gestão. 8.4 Convênios e consórcios administrativos. 9 Teoria geral do ato administrativo. 9.1 Conceitos, classificação, espécies, elementos, requisitos e atributos do ato administrativo. 9.2 Extinção dos atos administrativos. 9.3 Vinculação e discricionariedade. 9.4 Controle dos atos administrativos. 10 Processo administrativo: importância e necessidade. 10.1 Espécies e suas distinções gerais. 10.2 Lei nº 9.784/1999 e seus dispositivos. 11 Competência administrativa: conceito e critério de distribuição. 11.1 Avocação e delegação de competências. 11.2 Ausência de competência: agente de fato.

AGÊNCIAS REGULADORAS: 1 Agências reguladoras e o princípio da legalidade. 2 Órgãos reguladores no Brasil: histórico e característica das autarquias. 3 Abordagens. 3.1 Teoria econômica da regulação. 3.2 Teoria da captura. 3.3 Teoria do agente principal. 4 Formas de regulação. 4.1 Regulação de preço. 4.2 Regulação de entrada. 4.3 Regulação de qualidade. 5 Boas práticas regulatórias: análise do impacto regulatório.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer e Google Chrome). 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na internet. 3.5 Grupos de discussão. 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, anti-spyware etc.). 5.4 Procedimentos de backup.

#### 12.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### 12.2.1.2.1 POSTO DE TRABALHO 1: ANALISTA CONTÁBIL

LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO, À SUPERVISÃO E À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICIENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo III, Seção I (arts. 205 a 214). 2 Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações. 3 Decreto nº 5.773/2006. 4 Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação). 5 Lei nº 10.861/2004 (SINAES). 6 Portaria nº 40/2007. 7 Lei nº 12.101/2009 (CEBAS) e suas alterações. 8 Lei nº 9.131/1995 (CNE). 9 Decreto nº 5.622/2005 (EAD). 10 Decreto nº 6.303/2007 (Avaliação da Educação Superior). 11 Decreto 6.986/2009 (Institutos Federais). 12 Decreto nº 5.786/2006 (Centros Universitários). 13 Lei nº 12.868/2013. 14 Instrução Normativa MEC nº 02/2013 (Termo de Ajuste de Gratuidade). 15 Lei nº 11.096/2005 (PROUNI) e suas alterações. 16 Lei nº 12.513/2011 (PRONATEC) e suas alterações. 17 Decreto nº 7.642/2011 (Programa Ciência sem Fronteiras).

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA: 1 Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2 Patrimônio. 2.1 Componentes patrimoniais. 2.2 Ativo. 2.3 Passivo. 2.4 Situação líquida. 2.5 Equação fundamental do patrimônio. 3 Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 4 Sistema de contas. 4.1 Contas patrimoniais e de resultado. 4.2 Plano de contas. 5 Escrituração. 5.1 Conceito e métodos. 5.2 Partidas dobradas. 5.3 Lançamento contábil. 5.4 Rotina. 5.5 Fórmulas. 5.6 Processos de escrituração. 6 Provisões ativas e passivas. 6.1 Tratamento das contingências ativas e passivas. 7 Políticas contábeis. 7.1 Mudança de estimativa e retificação de erro. 8 Ativos. 8.1 Estrutura. 8.2 Grupos e classificações. 8.3 Conceitos. 8.4 Processos de avaliação.

8.5 Registros contábeis. 8.6 Formas de evidenciações. 9 Passivos. 9.1 Conceitos. 9.2 Estrutura e classificação. 9.3 Conteúdo das contas. 9.4 Processos de avaliação. 9.5 Registros contábeis. 9.6 Formas de evidenciações. 10 Patrimônio líquido. 10.1 Capital social. 10.2 Adiantamentos para aumento de capital. 10.3 Ajustes de avaliação patrimonial. 10.4 Ações em tesouraria. 10.5 Prejuízos acumulados. 10.6 Reservas de capital e de lucros. 10.7 Cálculos. 10.8 Constituição. 10.9 Utilização. 10.10 Reversão. 10.11 Registros contábeis. 10.12 Formas de evidênciação. 11 Balancete de verificação. 11.1 Conceito. 11.2 Forma. 11.3 Apresentação. 11.4 Finalidade. 11.5 Elaboração. 12 Ganhos ou perdas de capital. 12.1 Alienação e baixa de itens do ativo. 13 Tratamento das participações societárias. 13.1 Conceito de coligadas e controladas. 13.2 Definição de influência significativa. 13.3 Métodos de avaliação. 13.4 Cálculos. 13.5 Apuração do resultado de equivalência patrimonial. 13.6 Tratamento dos lucros não realizados. 13.7 Recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas. 13.8 Contabilização. 14 Apuração e tratamento contábil da mais valia. 14.1 Goodwill. 15 Deságio. 15.1 Cálculos. 15.2 Amortizações. 15.3 Forma de evidênciação. 16 Redução ao valor recuperável (impairment). 16.1 Mensuração. 16.2 Registro contábil. 16.3 Reversão. 17 Tratamento da depreciação. 17.1 Amortização e exaustão. 17.2 Conceitos. 17.3 Determinação da vida útil. 17.4 Forma de cálculo e registros. 18 Tratamentos de reparo e conservação de bens do ativo. 18.1 Gastos de capital versus gastos do período. 19 Debêntures. 19.1 Conceito. 19.2 Avaliação. 19.3 Tratamento contábil. 20 Tratamento das partes beneficiárias. 21 Operações de duplicatas descontadas. 21.1 Cálculos e registros contábeis. 22 Operações financeiras ativas e passivas. 22.1 Tratamento contábil. 22.2 Cálculo das variações monetárias. 22.3 Receitas e despesas financeiras. 22.4 Empréstimos e financiamentos. 22.4.1 Apropriação de principal. 22.4.2 Juros transcorridos e a transcorrer. 23 Despesas antecipadas. 23.1 Receitas antecipadas. 24 Folha de pagamentos. 24.1 Elaboração e contabilização. 25 Passivo atuarial. 25.1 Depósitos judiciais. 25.2 Definições. 25.3 Cálculo. 25.4 Forma de contabilização. 26 Operações com mercadorias. 26.1 Fatores que alteram valores de compra e venda. 26.2 Forma de registro. 26.3 Apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos. 27 Tratamento de operações de arrendamento mercantil. 28 Ativo não-circulante mantido para venda. 28.1 Operação descontinuada. 28.2 Propriedade para investimento. 28.3 Conceitos. 28.4 Tratamento contábil. 29 Ativos intangíveis. 29.1 Conceito. 29.2 Apropriação. 29.3 Forma de avaliação. 29.4 Registros contábeis. 30 Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das reservas de reavaliação. 31 Apuração do resultado. 31.1 Incorporação. 31.2 Distribuição do resultado. 31.3 Compensação de prejuízos. 31.4 Tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio. 31.5 Transferência do lucro líquido para reservas. 31.6 Forma de cálculo. 31.7 Utilização e reversão de Reservas. 32 Demonstrações contábeis. 32.1 Obrigatoriedade de apresentação e elaboração de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade atualizadas. 33 Balanço Patrimonial. 33.1 Obrigatoriedade. 33.2 Apresentação. 33.3 Conteúdo dos grupos e subgrupos. 34 Demonstração do resultado do exercício. 34.1 Estrutura. 34.2 Evidenciação. 34.3 Características. 34.4 Elaboração. 35 Apuração da receita líquida. 35.1 Lucro bruto e do resultado do exercício antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações. 36 Demonstração do resultado abrangente. 36.1 Conceito. 36.2 Conteúdo. 36.3 Forma de apresentação. 37 Demonstração de mutações do patrimônio líquido. 37.1 Forma de apresentação. 37.2 Conteúdo. 38 Demonstração do fluxo de caixa. 38.1 Obrigatoriedade de apresentação. 38.2 Métodos de elaboração. 38.3 Forma de apresentação. 39 Demonstração do Valor Adicionado (DVA). 39.1 Conceito. 39.2 Forma de apresentação. 39.3 Elaboração. 40 Análise das Demonstrações. 40.1 Análise horizontal. 40.2 Indicadores de evolução. 40.3 Índices e quocientes financeiros de estrutura e econômicos.

AUDITORIA: 1 Conceitos de auditoria e da pessoa do auditor. 2 Responsabilidade legal. 2.1 Ética profissional. 3. Objetivos gerais do auditor independente. 4 Concordância com os termos do trabalho de auditoria independente. 5 Documentação de auditoria. 6 Controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis. 7 Fraudes e a responsabilidade do auditor. 8 Planejamento da auditoria. 9 Avaliação das distorções identificadas. 10 Execução dos trabalhos de auditoria. 11 Materialidade e relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria. 12 Auditoria de estimativas contábeis. 13 Evidenciação. 14 Amostragem. 15 Utilização de trabalhos da auditoria interna. 16 Independência nos trabalhos de auditoria. 17 Relatórios de auditoria. 18 Eventos subsequentes. 19 Normas e procedimentos de auditoria do IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). 20 Auditoria no setor público federal. 20.1 Finalidades e objetivos da auditoria governamental. 20.2 abrangência de atuação. 20.3 Formas e tipos. 20.4 Normas relativas à execução dos trabalhos. 21 Testes. 22 Uso de trabalhos técnicos de especialistas. 23 Todas as normas brasileiras de contabilidade vigentes relativas à auditoria interna, externa e pública emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 24 Planejamento de auditoria. 24.1 Plano de auditoria baseado no risco. 24.2 Atividades preliminares. 24.3 Determinação de escopo. 24.4 Materialidade, risco e relevância. 24.5 Exame e avaliação do controle interno. 24.6 Risco inerente de controle e de detecção. 24.7 Matriz de planejamento. 24.8 Programa de auditoria. 24.9 Papéis de trabalho. 24.10 Testes de auditoria. 24.11 Importância da amostragem estatística em auditoria.

NOÇÕES DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS: 1 Gestão de projetos. 1.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 1.2 Principais características dos modelos de gestão de projetos. 1.3 Projetos e suas etapas. 2 Gestão de processos: metodologia e ferramentas de apoio. 2.1 Gestão para a excelência do desempenho: critérios; autoavaliação a partir dos critérios; elaboração de planos de melhoria.

##### 12.2.1.2.2 POSTO DE TRABALHO 2: ANALISTA EDUCACIONAL

LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO, À SUPERVISÃO E À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICIENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS): 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo III, Seção I (arts. 205 a 214). 2 Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações. 3 Decreto nº 5.773/2006. 4 Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação). 5 Lei nº 10.861/2004 (SINAES). 6 Portaria nº 40/2007. 7 Lei nº 12.101/2009 (CEBAS) e suas alterações. 8 Lei nº 9.131/1995 (CNE). 9 Decreto nº 5.622/2005 (EAD). 10 Decreto nº 6.303/2007 (Avaliação da Educação Superior). 11 Decreto nº 6.986/2009 (Institutos Federais). 12 Decreto nº 5.786/2006 (Centros Universitários). 13 Lei nº 12.868/2013. 14 Instrução Normativa MEC nº 02/2013 (Termo de Ajuste de Gratuidade). 15 Lei nº 11.096/2005 (PROUNI) e suas alterações. 16 Lei nº 12.513/2011 (PRONATEC) e suas alterações. 17 Decreto nº 7.642/2011 (Programa Ciência sem Fronteiras).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: 1 Lei nº 10.098/2000 (Acessibilidade). 1.2 Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica).

EDUCAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRI-CANA: 1 Resolução CNE/CEB nº 1/2004.

DIRETRIZES CURRICULARES: 1 Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica). 1.2 Resolução CNE/CP nº 2/2012 (Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental). 1.3 Resolução nº 1/2012 (Diretrizes Curriculares para Educação em Direitos Humanos).

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: 1 PCNs. 2 PCN+.

##### 12.2.1.2.3 POSTO DE TRABALHO 3: ANALISTA DE POLÍTICA REGULATÓRIA

LEGISLAÇÃO APLICADA À REGULAÇÃO, À SUPERVISÃO E À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICIENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo III, Seção I (arts. 205 a 214). 2 Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações. 3 Decreto nº 5.773/2006. 4 Lei nº 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação). 5 Lei nº 10.861/2004 (SINAES). 6 Portaria nº 40/2007. 7 Lei nº 12.101/2009 (CEBAS) e suas alterações. 8 Lei nº 9.131/1995 (CNE). 9 Decreto nº 5.622/2005 (EAD). 10 Decreto nº 6.303/2007 (Avaliação da Educação Superior). 11 Decreto 6.986/2009 (Institutos Federais). 12 Decreto nº 5.786/2006 (Centros Universitários). 13 Lei nº 12.868/2013. 14 Instrução Normativa MEC nº 02/2013 (Termo de Ajuste de Gratuidade). 15 Lei nº 11.096/2005 (PROUNI) e suas alterações. 16 Lei nº 12.513/2011 (PRONATEC) e suas alterações. 17 Decreto nº 7.642/2011 (Programa Ciência sem Fronteiras).

ECONOMIA: 1 Microeconomia. 1.1 Conceitos fundamentais. 1.1.1 Formas de organização da atividade econômica, o papel dos preços, custo de oportunidade, fator de produção e fronteiras das possibilidades de produção. 1.2 Determinação das curvas de procura. 1.2.1 Curvas de indiferença. 1.2.2 Equilíbrio do consumidor. 1.2.3 Efeitos preço, renda e substituição. 1.2.4 Elasticidade da procura. 1.2.5 Fatores de produção. 1.2.6 Produtividade média e marginal. 1.2.7 Lei dos rendimentos decrescentes e rendimentos de escala. 1.2.8 Custos de produção no curto e longo prazo. 1.2.9 Custos totais, médios e marginais, fixos e variáveis. 1.3 Teoria do consumidor, utilidades cardinal e ordinal, restrição orçamentária, equilíbrio do consumidor e funções demanda, curvas de Engel, demanda de mercado, teoria da produção, isoquantas e curvas de isocusto, funções de produção e suas propriedades, curvas de produto e produtividade, curvas de custo, equilíbrio da firma, equilíbrio de curto e de longo prazos. 1.3.1 Economia do bem-estar. 1.3.2 Ótimo de Pareto. 1.4 Estruturas de mercado. 1.4.1 Concorrência perfeita, concorrência imperfeita, monopólio, oligopólio. 1.4.2 Outras estruturas de mercado. 1.4.3 Dinâmica de determinação de preços e margem de lucro. 1.4.4 Padrão de concorrência. 1.4.5 Análise de competitividade. 1.4.6 Análise de indústrias e da concorrência. 1.4.7 Vantagens competitivas. 1.4.8 Cadeias e redes produtivas. 1.4.9 Competitividade e estratégia empresarial. 1.5 Falhas de mercado: poder de mercado, bens públicos, semipúblicos, bens privados, externalidades, informação assimétrica. 1.6 Economia comportamental. 2 Macroeconomia. 2.1 Principais agregados macroeconômicos. 2.2 Identidades macroeconômicas básicas. 2.3 Sistema de contas nacionais. 2.4 Contas nacionais no Brasil. 2.5 Conceitos de déficit e dívida pública. 2.6 Balanço de pagamentos. 2.7 Papel do governo na economia. 2.8 Estabilização, crescimento e redistribuição. 2.9 A teoria keynesiana. 2.10 Oferta e demanda agregadas. 2.11 Agregados monetários. 2.11.1 As contas do sistema monetário. 2.11.2 Modelo IS-LM. 2.12 Políticas fiscal e monetária. 2.13 Relações entre inflação, juros e o resultado fiscal. 2.14 Relações entre o nível de atividade e o mercado de trabalho. 2.14.1 Salários, inflação e desemprego. 2.15 Comércio exterior. 2.15.1 Câmbio, tarifas, subsídios, cotas. 2.16 Blocos econômicos, acordos internacionais e retaliações. 2.17 Globalização e organismos multilaterais. 2.18 Fluxos financeiros internacionais e mercados de capitais. 3 Economia do setor público. 3.1 O Estado e as funções econômicas governamentais. 3.2 As necessidades públicas e as formas de atuação dos governos. 3.3 Estado regulador e produtor. 3.4 Políticas fiscal e monetária. 3.4.1 Outras políticas econômicas. 3.5 Evolução da participação do setor público na atividade econômica. 3.6 Contabilidade fiscal. 3.6.1 NFSP. 3.6.2 Resultados nominal, operacional e primário. 3.6.3 Dívida pública. 3.7 Sustentabilidade do endividamento público. 3.8 Financiamento do déficit público a partir dos anos 80 do século XX. 3.9 Inflação e crescimento. 4 Economia brasileira. 4.1 Aspectos gerais do comportamento recente da economia brasileira e das políticas econômicas adotadas pelos últimos governos. 4.2 Mudanças estruturais